

Regulação local de infraestruturas e universalização de direitos: domínio urbano, critérios discriminatórios e direitos fundamentais

BRUNIERA, G. O. S.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO

O trabalho se direciona ao mapeamento e à análise de mecanismos jurídicos previstos na legislação municipal de algumas capitais brasileiras que objetivam estimular a difusão de infraestrutura de serviços para regiões periféricas do sistema urbano. Concentrando-se no contexto das desigualdades urbanas, a pesquisa parte do pressuposto de que as infraestruturas são essenciais, no ambiente urbano, para a concretização de todas as categorias de direitos fundamentais. O levantamento de instrumentos jurídicos destinados à difusão de infraestrutura de serviços para localidades periféricas permite avaliar com que intensidade e como os entes políticos - principalmente, os Municípios - regulam a matéria de sorte a lidar com as desigualdades e fornecer o mesmo acesso a direitos e serviços essenciais às mais diferentes parcelas da população. A busca por tais instrumentos jurídicos se dá, sobretudo, nas leis que regulamentam "o uso e a implantação de equipamentos de infra-estrutura no solo, subsolo ou espaço aéreo das vias públicas" (art. 86, VIII, da Lei nº 13.430/02 – Plano Diretor do Município de São Paulo), bem como na interpretação dada a esses institutos pela doutrina e pelos Tribunais brasileiros - sobretudo, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Objetiva-se verificar em que medida essa regulação jurídica - ou a sua ausência - pode contribuir para a eficácia dos direitos fundamentais das populações locais e, em última instância, colaborar com a efetividade das metas previstas no 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Os métodos utilizados no trabalho englobam: i) a pesquisa bibliográfica, direcionada a desenvolver o pressuposto de que a ampliação no acesso a infraestruturas de serviços é essencial para a efetivação de direitos fundamentais; ii) a pesquisa na legislação relacionada ao tema (sobretudo nos Planos Diretores de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba); e iii) a pesquisa doutrinário-jurisprudencial, a fim de destacar a possibilidade de cobrança de preço pelo uso de logradouros públicos para a instalação de infraestruturas de serviços. Como a pesquisa encontra-se em fase inicial, os resultados e as conclusões são parciais e relacionados exclusivamente ao desenvolvimento do pressuposto teórico da essencialidade das infraestruturas urbanas para a universalização de direitos, não se abordando ainda, na atual fase, os mecanismos jurídicos previstos na legislação municipal de algumas cidades brasileiras destinados à difusão de infraestruturas.

The work is directed to the mapping and analysis of legal mechanisms in the municipal laws of some Brazilian cities that aim to stimulate the diffusion of service infrastructure to outlying areas of the urban system. Concentrating in the context of urban inequalities, the research assumes that infrastructures are essential in the urban environment for the achievement of all categories of fundamental rights. The survey of legal instruments destined for the dissemination of service infrastructure to remote locations allows us to evaluate how strongly and how political entities - mainly municipalities - regulate this subject in order to deal with inequalities and to provide equal access to rights and essential services to the most different segments of the population. The search for such legal instruments occurs mainly in the laws that regulate "the use and implantation of infrastructure equipment in the soil, subsoil or airspace of public ways" (article 86, VIII of Law nº 13.430/02 - Plan of the Municipality of São Paulo) and the interpretation given to these institutes for doctrine and Brazilian courts - especially the Supreme Court of Justice (STJ). The objective is to ascertain to what extent this legal regulation - or lack thereof - can contribute to the effectiveness of the fundamental rights of local populations and, ultimately, can support the effectiveness of the goals established in the 3rd National Human Rights Program (PNDH-3). The methods used in this work include: i) a literature search, targeted to develop the assumption that the expansion in access to service infrastructure is essential for the enforcement of fundamental rights; ii) a research in legislation related to the topic (especially in the Plans of São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte and Curitiba); and iii) the doctrinal and jurisprudential research in order to highlight the possibility of charging price for the use of public areas to installation of service infrastructure. Because the research is in its initial stage, the results and conclusions are partial and exclusively related to the development of theoretical assumption of the essentiality of urban infrastructure to the universalization of rights, not yet referring, in the current stage, to the legal mechanisms in the municipal laws of some Brazilian cities destined for the diffusion of infrastructure.